

Também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos os Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 25 de março de 2019.

São Paulo, 25 de março de 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		1.529.535	3.546.073	2.977.487
Operações de crédito		43.476	97.414	153.644
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.177.969	2.919.383	2.660.512
Resultado das aplicações compulsórias		3.111	11.125	-
Resultado de operações de câmbio		304.979	518.151	163.331
Despesas da intermediação financeira		(1.208.681)	(2.805.785)	(2.298.689)
Operações de captações no mercado		(495.862)	(1.035.922)	(1.318.273)
Operações de empréstimos e repasses		(325.413)	(2.086.368)	(771.153)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	(388.041)	319.391	(212.105)
Reversão/(provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	635	(2.886)	2.842
Resultado bruto da intermediação financeira		320.854	740.288	678.798
Outras receitas (despesas) operacionais		(171.663)	(360.847)	(371.422)
Receitas de prestação de serviços	23f	218.319	432.985	369.342
Despesas de pessoal		(312.939)	(665.778)	(602.017)
Resultado de participações em controladas	13	50.938	120.960	150.192
Outras despesas administrativas	23c	(125.544)	(214.769)	(180.474)
Despesas tributárias		(52.720)	(77.999)	(91.068)
Outras receitas operacionais	23d	103.740	119.865	105.577
Outras despesas operacionais	23d	(53.457)	(76.111)	(104.974)
Resultado operacional		149.191	379.441	307.376
Resultado não operacional		(3.564)	(3.557)	(1.033)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		145.627	375.884	306.343
Imposto de renda e contribuição social	19	(77.447)	(114.514)	(32.769)
Provisão para imposto de renda		(68.878)	(63.848)	(91.502)
Provisão para contribuição social		(17)	4.095	(73.163)
Ativo fiscal diferido		(8.552)	(54.761)	131.896
Participações no lucro	23e	(6.404)	(16.539)	(17.232)
Lucro líquido do semestre/exercício		61.776	244.831	256.342
Juros sobre o capital próprio		(270.000)	(270.000)	-
Número de ações	20	5.661	5.661	5.661
Lucro por ação do semestre/exercício - R\$		10.912,56	43.248,72	45.282,11

(Em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2018	2018	2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		54.639	226.346	25.419
Lucro líquido do semestre/exercício		61.776	244.831	256.342
Ajuste ao lucro líquido:		(7.137)	(18.485)	(230.923)
Reversão/(provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	(635)	2.886	(2.842)
Depreciações e amortizações		8.177	16.118	15.233
Resultado de participações em controladas	13	(50.938)	(120.960)	(150.192)
Provisões para contingências		42.822	54.742	97.666
Atualização de depósitos judiciais		(18.679)	(29.589)	(59.925)
Constituição/(reversão) de ativo fiscal diferido	19	8.552	54.761	(131.896)
Prejuízo na alienação de imobilizado ..		3.564	3.557	1.033
Variação de ativos e obrigações		1.162.305	(6.139.611)	4.950.421
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.537.121	578.994	(600.930)
Redução (aumento) em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(414.211)	(6.360.376)	2.286.116
Redução/(aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		32.918	24.286	(47.174)
Aumento/(redução) em depósitos		(311.509)	324.625	2.437.166
Aumento em captações no mercado aberto		385.469	333.567	469.276
Redução/(aumento) em operações de crédito		9.531	(211.896)	(343.426)
Redução/(aumento) em outros créditos		(222.742)	(3.946.028)	703.465
Redução em outros valores e bens		1.441	941	354
Aumento em outras obrigações		147.818	3.166.084	74.107
Imposto de renda e contribuição social pagos		(42.805)	(96.971)	(105.489)
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros		377	110	(14)
Juros recebidos		38.897	47.053	76.970
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais		1.216.944	(5.913.265)	4.997.090
Atividades de investimento				
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(7.665)	(13.381)	(12.504)
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de controladas		-	150.000	21.250
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de investimento		(7.665)	136.619	8.746
Atividades de financiamento				
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		4.488.004	6.394.158	(2.291.612)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(270.000)	(270.000)	(189.250)
Aumento de capital		229.500	229.500	-
Juros pagos		(50.657)	(142.770)	(54.242)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		4.396.847	6.210.888	(2.535.104)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.606.126	434.242	2.449.482
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	16.036.067	21.207.951	18.758.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	<u>21.642.193</u>	<u>21.642.193</u>	<u>21.207.951</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.606.126	434.242	2.449.482

multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco.

(j) Dividendos e juros sobre o capital próprio - Os juros sobre o capital próprio recebidos são contabilizados como "Outras receitas operacionais" e reclassificados para "Resultado de participações em controladas" na demonstração do resultado do semestre/exercício para fins de publicação. Os dividendos são contabilizados como uma redução no Patrimônio Líquido. Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido. Assim, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, o montante da despesa incorrida foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados.

4. Gerenciamento de riscos e de capital: O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A.) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado - Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo) ("Conglomerado") possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

(a) Risco de mercado - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
14. Imobilizado de uso: “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.299 (2017 – R\$ 43.299) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2017 – R\$ 46.203). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 82.115 (2017 – R\$ 84.391), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 39.294 (2017 – R\$ 32.138).									
15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P. Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2017 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2017 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de <i>impairment</i>) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecidas no resultado nos exercícios de 2018 e 2017.									
16. Depósitos e captações									
(a) Depósitos									
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2018	Total 2017			
Depósitos à vista.....	176.060	-	-	-	176.060	122.477			
Depósitos interfinanceiros.....	1.610.263	-	11.070	39.064	1.660.397	1.787.753			
Depósitos a prazo.....	892.771	2.422.970	986.895	1.659.862	5.962.498	5.564.100			
Total.....	2.679.094	2.422.970	997.965	1.698.926	7.798.955	7.474.330			
(b) Captações no mercado aberto									
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2018	Total 2017				
Operações compromissadas carteira própria.....	242.870	-	-	242.870	59.608				
Operações compromissadas carteira de terceiros.....	7.096.471	-	-	7.096.471	7.197.183				
Operações compromissadas carteira livre movimentação.....	262.832	-	-	262.832	189.308				
Captações COE.....	3.278	35.239	230.355	268.872	91.379				
Total.....	7.605.451	35.239	230.355	7.871.045	7.537.478				
17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 14.327.908 (2017 – R\$ 8.076.520) com vencimentos entre janeiro de 2019 e agosto de 2019. Em dezembro de 2017, as operações possuíam vencimento até agosto de 2018. As taxas de juros variam de 1,64% até 2,65% ao ano (2017 – 0,8% até 1,46%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2018, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Plax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R\$ 2.694 (2017 – aumento de R\$ 1.720).									
18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:									
(a) Composição dos saldos patrimoniais									
	Depósitos judiciais		Provisões						
	2018		2017						
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais.....	655.913		658.196		436.036				
Cíveis.....	21.655		21.641		69.613				
Trabalhistas.....	12.623		15.543		37.601				
Total.....	690.191		695.380		543.250				
(b) Movimentação dos saldos patrimoniais									
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total em 2018	Total em 2017	
Saldo inicial.....	100.154	39.307	441.711		581.172		538.114		
Despesas financeiras – juros.....	7.759	2.311	10.742		20.812		30.796		
Constituições.....	-	7.439	40.626		48.065		66.870		
Anistia.....	-	-	(21.940)		(15.377)		-		
Reversões.....	(38.297)	(7.969)	(5.238)		(51.504)		(31.013)		
Pagamentos.....	(3)	(3.487)	(29.865)		(33.355)		(8.218)		
Saldo final.....	69.613	37.601	436.036		543.250		581.172		
(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No momento, aguarda-se o encerramento dos casos incluídos no referido Programa, mediante a conversão de depósitos judiciais em renda em favor da União, levantamento de depósitos judiciais e/ou demais expedientes no âmbito do Poder Judiciário para baixa definitiva dos casos. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.									
(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes: A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 115.179 (2017 – R\$ 112.339); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 50.615 (2017 – R\$ 28.589); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 881 (2017 – R\$ 868); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários para os anos de 2010 a 2012 R\$ 39.553 (2017 – R\$ 38.743); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.403 (2017 – R\$ 11.517).									
(e) Ações trabalhistas: Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 145.930 (2017 – R\$ 163.526).									
(f) Ações cíveis: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 322 (2017 – R\$ 5.318).									
19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:									
	2018		2017						
Diferenças temporárias.....	255.637		393.516						
Contingências.....	24.539		62.581						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8.512		7.810						
Provisão para honorários advocatícios.....	5.993		5.556						
Provisão para participação nos lucros.....	60.175		67.292						
Marcação a mercado – Disponíveis para venda.....	4.883		-						
Marcação a mercado – TVM e derivativos.....	97.480		176.571						
Unidades de ações restritas – RSU.....	52.351		68.228						
Outros.....	1.704		5.478						
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas.....	88.001		-						
Total de créditos tributários – ativo.....	343.638		393.516						
IR diferido – MTM – passivo.....	-		1.791						
No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 68.788 (2017 – R\$ 159.086) sobre diferenças temporárias e R\$ 88.001 (2017 – R\$ 64.366) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 206.667 (2017 – R\$ 27.190) sobre diferenças temporárias. Em 2017 foi realizado R\$ 64.366 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Em 2018 para IR diferido passivo foi realizado o valor de R\$ 1.791. Em 2017 para IR diferido passivo foi constituído o valor de R\$ 587. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 343.638 é estimada em 47% no 1º ano, 18% no 2º ano, 17% no 3º ano, 8% no 4º ano, 3% do 5º ao 6º ano e 1% do 7º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 291.283 (2017 – R\$ 290.531). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 24.375 (2017 – R\$ 40.238). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:									
	2018		2017						
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros.....	359.345		289.117						
Juros sobre capital próprio.....	(270.000)		-						
Resultado ajustado.....	89.345		289.117						
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(40.205)		(130.100)						
Resultado de participação em controladas.....	54.432		56.336						
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(25.611)		(9.912)						
Compensação ativo fiscal diferido.....	-		64.366						
Efeito CSLL (5%).....	(17.154)		(21.644)						
Contingências IRPJ.....	(14.765)		-						
IRPJ e CSLL de períodos anteriores.....	(44.988)		493						
Outros.....	(26.223)		7.692						
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(74.309)		97.331						
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício.....	(114.514)		(32.769)						
20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 5.661 (2017 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2017 – 5.470) ordinárias e 191 (2017 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2018 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 270.000 (Nota 3 (j)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 40.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 121.500. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 229.500 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações, de forma que os valores devidos a título de juros sobre capital próprio não serão pagos diretamente aos acionistas. O aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil. Em Ata de Reunião de Diretoria foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.									
A DIRETORIA									
Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3									

21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.				
(a) Transações com entidades do Grupo				
	2018	2017		
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	6.478	-	142.319	-
JP Morgan Chase Bank London.....	5.798	-	15.675	-
JP Morgan Chase Bank National Association.....	-	-	126.644	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico.....	680	-	-	-
Aplicação em moeda estrangeira.....	21.936	40.378	600.930	5.425
JP Morgan Chase Bank National Association.....	21.936	40.378	600.930	5.425
Instrumentos financeiros derivativos.....	167.999	8.331	59.653	493.374
Atacama Multimercado Fundo de Investimento.....	38.279	12.795	1.630	595
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	75.707	-	-	-
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(15.488)	6.341	(6.274)	145
Lawton Multimercado.....	69.501	(10.805)	64.297	492.634
Serviços prestados a receber.....	15.788	229.428	10.484	173.884
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	105	1.258	105	1.258
JP Morgan Chase Bank, National Association.....	5.508	47.267	1.406	34.304
J.P. Morgan Securities LLC.....	2.409	71.063	2.381	45.826
J.P. Morgan S.A DTVM.....	1.917	10.775	926	10.759
J.P. Morgan CCVM S.A.....	2.271	25.075	1.296	15.041
JP Morgan Asset Management (Europe).....	-	1.667	182	1.586
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	-	8.165	-	11.642
Lawton Multimercado.....	3.578	46.870	3.419	39.328
JP Morgan Limited.....	-	-	769	14.053
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch.....	-	17.288	-	87
Outros valores a receber/ (a pagar).....	6.895	(7.584)	(3.539)	(6.648)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(3.372)	-	-	-
J.P. Morgan Securities LLC.....	(4.456)	(4.260)	-	(1.410)
JP Morgan Chase Bank, National Association.....	15.011	(4.752)	(3.539)	(575)
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	18	-	-	-
JP Morgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	(443)	1.428	-	-
J.P. Morgan Securities PLC.....	-	-	-	(6.958)
JP Morgan Corp. Financiera.....	-	-	-	(127)
JP MC Holdings LLC.....	-	-	-	2.422
Lawton Multimercado.....	-	-	-	-
Depósitos à vista.....	(9.893)	-	(4.115)	-
Atacama Multimercado Fundo de Investimento.....	(25)	-	(24)	-
Lawton Multimercado.....	(25)	-	(27)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	(528)	-	(210)	-
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio.....	(390)	-	(7)	-
HCM Participações Brasil Ltda.....	(239)	-	(266)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(2.166)	-	(1.844)	-
J.P. Morgan S.A DTVM.....	(114)	-	(69)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil.....	(2.462)	-	(950)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.....	(559)	-	(422)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.....	(171)	-	(83)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	(93)	-	(77)	-
Gaborone Participações Ltda.....	(308)	-	(53)	-
OEP BRASIL Ltda.....	(2.763)	-	(83)	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	(50)	-	-	-
Depósitos a prazo.....	(1.553.484)	(115.658)	(1.470.703)	(74.154)
OEP BRASIL Ltda.....	-	(141)	(2.723)	(232)
Gaborone Participações Ltda.....	(2.253)	(138)	(2.481)	(219)
Lawton Multimercado.....	(1.444.424)	(108.505)	(1.320.524)	(62.540)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil.....	(66.955)	(2.330)	(34.535)	(2.520)
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio.....	(23.216)	(1.388)	(23.439)	(2.076)
HCM Participações Brasil Ltda.....	(16.636)	(3.144)	(87.001)	(6.567)
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	-	(3)	-	-
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	-	(9)	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	(1.610.265)	(119.937)	(1.787.753)	(193.088)
J.P. Morgan S.A DTVM.....	(793.902)	(66.343)	(944.561)	(108.638)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(465.537)	(32.407)	(508.348)	(51.043)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(350.826)	(21.187)	(334.844)	(33.407)
Obrigações por operações compromissadas.....	(7.339.341)	(353.363)	(7.256.792)	(494.353)
J.P. Morgan S.A DTVM.....	(57.716)	(1.643)	(59.608)	(2.958)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(168.349)	(6.715)	(219.926)	(7.955)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(16.805)	(2.485)	(38.304)	(2.065)
Lawton Multimercado.....	(5.310.292)	(240.616)	(4.972.582)	(353.585)
Atacama Multimercado Fundo de Investimento.....	(1.786.179)	(101.904)	(1.966.372)	(127.790)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira.....	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(102.591)
JP Morgan Chase Bank. National Association.....	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(102.591)
Negociação e intermediação de valores.....	(889)	(895)	(589)	(692)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(508)	(895)	(440)	(678)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	(501)	-	(149)	(14)
Operações de Câmbio.....	383	4.728	(518)	2.183
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	383	4.728	(518)	2.183
Despesa de pessoal.....	(103.620)	(48.238)	(98.731)	(41.433)
JP Morgan Chase & CO.....	(103.620)	(48.238)	(98.731)	(41.433)
Para fins de cumprimento da Resolução nº 4.636 do CMN o Banco verificou que não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.				
(b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:				
	2018		2017	
Salários e encargos.....	26.097		27.695	
Participação nos lucros e gratificações.....	49.599		53.896	
Encargos sobre gratificações.....	17.961		20.068	
Planos de aposentadoria e pensão.....	1.546		1.580	
Benefícios de rescisão.....	-		1.739	
Outros benefícios.....	1.603		1.422	
22. Benefícios				
(a) Fundo de pensão: O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições verdadeiras. Em 2018, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 18.231 (2017 – R\$ 17.485) para o Fundo.				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2018, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o

estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro 2018.

São Paulo, 25 de março de 2019